

RUA DESEMBARGADOR ANTÃO DE MORAES

Decreto nº 4559 de 29-10-1974, Artigo 1º, Inciso II
 Formada pela rua 64 da Cidade Universitária Campineira
 Início na rua Dr. Plínio do Amaral
 Término na rua Giuseppe Maximo Scolfaro
 Cidade Universitária Campineira
 Distrito de Barão Geraldo

Obs.: Do decreto assinado pelo Prefeito Municipal Lau-
 ro Péricles Gonçalves, consta: "Desembargador Antão de Moraes (1887-
 1974) - Campineiro Ilustre".

DESEMBARGADOR ANTÃO DE MORAES

Antão de Sousa Moraes nasceu em Campinas em 25-junho-1887 e faleceu em São Paulo em 17-julho-1974. Era filho do Coronel Manoel de Moraes e Gertrudes Maria de Sousa Moraes. Foi casado com Elisa Lobo de Moraes com quem teve cinco filhos. Estudou no Colégio Diocesano, na Capital e, em dezembro de 1908 colou grau na Faculdade de Direito de São Paulo. Tão logo formado, veio advogar em Campinas com Alberto Sarmiento e Heitor Penteado. Em 15-setembro-1910 foi nomeado Promotor Público desta Comarca, cargo que exerceu até 11-novembro-1926, quando foi nomeado Procurador da Junta Comercial do Estado. Daí saiu, quando em 11-maio-1935 foi nomeado Desembargador da Corte de Apelação, onde se aposentou em 30-dezembro-1940, voltando a exercer a advocacia. Em todas as atividades que exerceu teve alta projeção e deixou profundas marcas de sua inteligência, cultura, dedicação e honradez. É considerado como um dos mais eruditos homens de seu tempo, havendo se notabilizado como jurista, conferencista e orador e seus pareceres tornaram-se famosos. Era dono de apuro gramatical e estilo vigoroso. Seu conhecimento transparece mesmo nas conferências e discursos que reuniu em "Dispersos Recolhidos". Publicou também "Problemas e Negócios Jurídicos", reunindo em três volumes, seus pareceres que envolvem os mais variados ramos do Direito. O primeiro volume dedicou ao Direito Civil, o segundo ao Direito Comercial e o último ao Direito Constitucional, Administrativo, Internacional Privado, Direito Penal Disciplinar e Processo Civil, cujos volumes retratam a pujança da universalidade de seu espírito jurídico. Bibliófilo apaixonado, foi possuidor da maior e mais seleta biblioteca particular do país, com obras raras, mandando buscar sempre o que havia de melhor no estrangeiro.



DECRETO N.º 4.559, DE 29 DE OUTUBRO DE 1.974.

Dá denominação a vias públicas da cidade de Campinas.

O Prefeito de Campinas, usando das atribuições que lhe confere o item XIX, do artigo 39, do Decreto-Lei Complementar n.º 9, de 31 de dezembro de 1969,

D E C R E T A:

Artigo 1.º — Ficam denominadas:

I — VISCONDE DO RIO CLARO (1803 - 1884) — Filantropo —, a Rua 62 da Cidade Universitária Campineira, com início à Rua 48 e término à Rua 43 do mesmo loteamento.

II — DESEMBARGADOR ANTAO DE MORAES (1887 - 1974) — Campineiro ilustre —, a Rua 64 da Cidade Universitária Campineira, com início à Rua 41 e término à Rua 54 do mesmo loteamento.

III — PROFESSOR FERREIRA LIMA (1906 - 1974) — Cirurgião-Dentista —, a Rua 73 da Cidade Universitária Campineira, com início à Rua 44 e término à Rua 54 do mesmo loteamento.

IV — LUIZ DE TELLA (1898 - 1974) — Médico Filantropo —, a Avenida 4 da Cidade Universitária Campineira, com início à Avenida 3 e término à Rua 54 do mesmo loteamento.

V — AMÉRICO DE CAMPOS (1838 - 1899) — Jornalista e republicano histórico —, a Rua 66 da Cidade Universitária Campineira, com início à Rua 54 e término à Rua 41 do mesmo loteamento.

VI — ARISTIDES LOBO (1838 - 1896) — Político e jornalista —, a Rua 67 da Cidade Universitária Campineira, com início à Rua 53 e término à Rua 41 do mesmo loteamento.

VII — MACEDO SOARES (1883 - 1968) — Político, diplomata e historiador —, a Rua 69 da Cidade Universitária Campineira, com início à Rua 54 e término à Rua 41 do mesmo loteamento.

VIII — CONSELHEIRO PAULA SOUSA (1809 - 1861) — Estadista notável —, a Rua 70 da Cidade Universitária Campineira, com início à Rua 54 e término à Rua 41 do mesmo loteamento.

Artigo 2.º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, 29 de outubro de 1.974.

DR. LAURO PÉRICLES GONÇALVES
Prefeito de Campinas

DR. JOÃO BAPTISTA MORANO
Secretário dos Negócios Jurídicos

ENG.º JOÃO POZZUTO NETO
Secretário de Obras e Serviços Públicos

Redigido na Consultoria Jurídica da Secretaria dos Negócios Jurídicos, com os elementos constantes dos protocolados n.ºs 25.843, de 30 de agosto de 1974, 27.359, de 16 de setembro de 1974, 27.361, de 16 de setembro de 1974 e 25.844, de 30 de agosto de 1974, e publicado no Departamento do Expediente do Gabinete do Prefeito, em 29 de outubro de 1974.

DR. ARMANDO PAOLINELI
Chefe do Gabinete



DIÁRIO DO POVO

Campinas, 5.a feira, 18 de julho 1974

Falecimento de Antão de Sousa repercute

Repercutiu em Campinas, onde era muito conhecido e estimado, o falecimento do desembargador, Antão de Sousa Moraes, ocorrido no último domingo, em São Paulo. Filho de Campinas, onde nasceu em 25 de junho de 1887, o dr. Antão de Sousa Moraes deixou inúmeros parentes nesta cidade. Era filho do coronel Manoel de Moraes e de d. Gertrudes de Sousa Moraes e genro do dr. Antonio Lobo e de d. Guilhermina Freitas. Foi casado com d. Elisa Lobo, já falecida e com a qual chegou a fazer bodas de ouro, de cujo consórcio teve cinco filhos.

Formado pela Faculdade de Direito de São Paulo, passou a exercer a advocacia em Campinas. Em 15 de setembro de 1910, foi nomeado promotor público desta comarca, cargo que exerceu até 11 de novembro de 1926, quando foi nomeado procurador (consulente jurídico) da Junta Comercial do Estado. Em 11 de maio de 1935, foi nomeado desembargador da Corte de Apelação, onde se aposentou em 30 de dezembro de 1940, voltando então a exercer a advocacia, merecendo da Ordem dos Advogados congratulações de elevado apreço. Como promotor público de Campinas deixou marcada sua passagem, da qual se registram várias aureolações na Monografia Histórica de Campinas.

Os então juizes da comarca, drs. Otávio Afonso de Melo e Nelson Noronha Gustavo, consignaram, em officio de 27 de novembro de 1926, o quanto os interesses da Justiça foram satisfeitos durante a sua permanência no cargo. Na Junta Comercial, é excepcionalmente honroso o que consta da ata de 13 de maio de 1935. No Tribunal de Justiça, poucos receberam até hoje idênticas demonstrações. É o que se pode verificar compulsando a Revista

dos Tribunais, v. 129, pg. 845, palavras dos desembargadores Manoel Carlos, Manuel Carneiro e Theodomiro Dias.

De sua valia como jurista e escritor, é suficiente referir o que escreveu Plínio Barreto, apreciando "Problemas e Negócios Jurídicos" na secção Letras Jurídicas de O Estado de São Paulo por volta de 1948 e o que escreveram Francisco Pati e o prof. Silveira Bueno, em carta de 23 de junho de 1958, noticiando o aparecimento de "Dispersos Recolhidos".

O dr. Antão de Moraes publicou "Problemas e Negócios Jurídicos", três volumes mas se continuasse a série te-

ria acrescentado número muito maior, como se vê dos Pareceres publicados na Revista Forense, na Revista de Direito Administrativo e na Revista dos Tribunais, sem falar nos votos e acórdãos que encheriam por si so vários volumes. No terreno puramente literário deu à estampa algumas conferências e ensaios: "Dispersos Recolhidos". Outros trabalhos esparsos não foram coligidos.

Falar do já saudoso dr. Antão de Moraes não é possível sem referência ao seu amor aos livros, tendo conseguido formar uma das maiores e melhores bibliotecas particulares do Brasil.



Antão



O ESTADO DE S. PAULO

QUARTA-FEIRA, 17 DE JULHO DE 1974

DESEMBARGADOR ANTÃO DE SOUZA MORAES — Faleceu no dia 14 citimo, nesta Capital, aos 87 anos, o desembargador Antão de Souza Moraes. O extinto, natural de Campinas, era viuvo de d. Elisa Lobo de Moraes. Deixa os filhos Marcello Moraes, casado com d. Marina Conceição Moraes; Laércio Moraes, casado com d. Giovanna Vellutini de Moraes; d. Lia de Oliveira, casada com o sr. Carlos Tavares de Oliveira, e Décio Moraes, casado com d. Celita Silva de Moraes. Foi seu filho Saulo

Moraes, casado com d. Lucia Guimarães Moraes, falecidos. Deixa os netos d. Maria Elisa Terra, casada com o sr. Thirso Terra; Manoel Carlos Guimarães Moraes, casado com d. Vera Maria Mattos Moraes; Marcos Guimarães Moraes, casado com d. Marie José Boud' Hôrs Moraes; Plínio Guimarães Moraes, casado com d. Sonia Novacs Guimarães Moraes; Luiz Carlos Uchca Junqueira Filho, casado com d. Maria Regina Afonso Junqueira; d. Vera Lia Figueiredo, casada com o sr. Antonio Eugenio White Figueiredo; Luiz Roberto de Moraes Junqueira, Vera Lucia Silva de Moraes, Décio Luiz Silva de Moraes, Frederico Vellutini de Moraes e Luiz Fernando Vellutini de Moraes, solteiros. Deixa ainda os bisnetos Luiz Eugenio Junqueira Figueiredo e Elisa Junqueira Figueiredo.

adm



CORREIO POPULAR

Quarta-feira, 31 de julho de 1974

IN MEMORIAM

Desembargador Antão de Sousa Moraes

C. Siqueira FARJALLAT

Exatamente em 14 de julho, data do Bicentenário de Campinas, falecia na Capital o Desembargador Antão de Sousa Moraes, uma das maiores cultura! jurídicas e literárias do País. Ele que tanto amou sua cidade honrando-a com as fulgurações de um talento incomum, e trabalhando intensamente durante largos anos, já não pode desfrutar da alegria de presenciar as solenidades comemorativas de seus duzentos anos.

Há bastante tempo creio que há dez ou doze anos, o Desembargador visitou Campinas demoradamente — “Uma visita de saudades...” — disse. Andou pela Catedral e pela Matriz do Carmo, percorreu algumas ruas centrais — tão diferentes das ruas provincianas de sua juventude, visitou parentes... Mas, embora vivendo afastado de Campinas, e sempre entregue ao trabalho, ao estudo e à leitura, deve ter guardado num recanto azul da memória as imagens, fatos, lembranças da cidade de seus antepassados, da grande casa paterna, do cenário de seus primeiros êxitos como juriconsulto, conferencista e primoroso escritor. Nos últimos anos de vida, recordava-se mais frequentemente de Campinas, e falava sobretudo, do Centro de Ciências Letras e Artes, onde fora Secretário e Orador, e onde pronunciara palestras que marcaram época.

Os juristas podem dizer do vigor de seu talento, do equilíbrio de seus pareceres, do valor de suas obras especializadas, da cultura vastíssima e profunda, do exemplo de uma retidão exemplar como Promotor, Juiz e depois Desembargador.

Nós que tanto o queríamos em família, e tanto o admirávamos como escritor, poderemos repetir o quão ele era justo, discreto e bom, escondendo sob aparente frieza, um coração de ouro e uma bondade constante e sincera. Admirávamos nele, sobretudo, o amor incondicional aos livros, paixão que trouxe da adolescência e à qual se manteve fiel ao longo da vida trabalhosa até os últimos tempos. Sua biblioteca admirável uma das maiores e mais valiosas bibliotecas particulares do País, encerrava além de obras de Direito, maravilhosas e raríssimas coleções de volumes literários de diferentes épocas, edições esgotadas, livros que lhe mereceram muito amor e muito carinho, vindos de toda a parte do mundo, da França especialmente. Porque o Desembargador Antão de Sousa Moraes era um bibliófilo de raro talento, um homem tão culto e tão sábio que sabia o valor dos grandes mestres mudos, de que nos fala Vieira.

O acesso às suas estantes bem como o privilégio de ouvir-lhe os comentários eram privilégios que bem poucos desfrutaram. Poliglota, dominava também o latim e o grego com a mesma propriedade com que manejava o alemão, o francês, o inglês, o italiano, o espanhol e vários dialetos. Mas tudo nele era tão discreto e harmonioso, tão equilibrado e sensato, que ao conhecê-lo superficialmente, ninguém diria de sua excepcional erudição.

Se pudéssemos defini-lo com justiça diríamos que foi um “gentleman” na mais perfeita acepção do termo. E acima disso, foi um sábio, um destes seres tão raros em todos os tempos, preferindo trabalhar na penumbra e no silêncio, e desdenhando das glórias e das aclamações.

Escritor culto e elegante, soube aliar ao apuro gramatical o encanto de um estilo vigoroso, impecável e atraente. Sua erudição fora do comum transparece mesmo nas Conferências e Discursos que reuniu em “Dispersos Recluídos”, como por exemplo, o “O Aventura”, pronunciado no Centro de Ciências Letras e Artes, em 11 de abril de 1912; “Thomaz Alves”, conferência proferida na sessão promovida pela classe médica de Campinas, também no Centro de Ciências em 23 de maio de 1920; “Ruy Barbosa”, em 4 de abril de 1923 e outros.

Aliás, um dos vultos de sua perene admiração foi precisamente o do maior orador de nossa raça, do monumento de saber, cultura, dignidade e gênio que foi Rui. Poucos intelectuais admiraram estudaram e conheceram tão bem este insigne jurista brasileiro como o Desembargador Antão de Souza Moraes. E como derradeira homenagem à sua memória, transcrevemos aqui, de sua autoria, o fragmento final do discurso que proferiu em São Paulo, aos 17 de julho de 1932 durante a Revolução Constitucionalista, e ao qual chamou “Invocação a Ruy”, uma das mais formosas páginas pela inspiração e pela forma:

“Ave! nune tutelar de nossa Pátria, emblema de tudo quanto respira nobreza de intenções e grandeza de sentimentos; salve, Ruy! Olha uma vez ainda para nós e deixa cair dos intermúndios etéreos onde fulgura, em refrangências de luz imortal, a coroa divina de teu gênio protetor a chama de inspiração que faça renascer nos espíritos a convicção de que não há Pátria sem liberdade, nem liberdade sem constituição que assegure. No julgamento inapelável de teu toro íntimo, clama aos brasileiros que, nesta pugna entre um Ideal e uma Ambição, quem empunha a Ambição é a Ditadura e quem abraça o Ideal é São Paulo”.



CORREIO POPULAR

Domingo, 28 de julho de 1974

Senhor Presidente:

Em meu nome pessoal e no da Egrégia Segunda Câmara Civil, quero associar-me expressamente ao voto de pesar requerido pelo Desembargador Flávio Torres.

Os jornais de ontem noticiam o falecimento do eminente Desembargador Antão de Moraes. Descendente de antiga, ilustre e prestigiosa família paulista, nasceu em Campinas, aos 25 de junho de 1887, filho do Coronel Manoel de Moraes, por muitos anos Presidente da Companhia Mojiana de Estradas de Ferro, e de D. Gertrudes Maria de Souza Moraes. Estudou no Colégio Diocesano na Capital e, em dezembro de 1908, colou grau na Faculdade de Direito de São Paulo.

Foi advogar em sua terra natal com Alberto Sarmiento, Deputado Federal, e Heitor Penteado, Promotor Público da Comarca. Contingências da política local forçaram Heitor Penteado, que se

aprestava para ingressar na magistratura estadual, a deixar a Promotoria Pública para candidatar-se à Prefeitura Municipal de Campinas. Aberta a vaga, Antão de Moraes veio a ser nomeado Promotor Público. Por muito tempo permaneceu no cargo, sendo nomeado Procurador da Junta Comercial do Estado em 1928. Daí saiu, em 1935, para integrar este Egrégio Tribunal de Justiça, na qualidade de representante da nobre classe dos

advogados, tomando assento na Colegiada Segunda Câmara Civil. Aposentou-se em dezembro de 1940, sucedido por Percival de Oliveira, para reabrir a banca de advogado.

Em todas as atividades que exerceu, Sua Excelência deixou as marcas da sua inteligência cintilante, da sua cultura multifórmica, da sua dedicação integral, da sua honradez exemplar. Em Campinas conquistou justo renome, apontado a unanimidade como dos mais bri-

lhantes representantes do Ministério Público de sua época. Em São Paulo consolidou a fama de notável jurista, tornando-se famosos os seus pareceres. Nesta Casa, revelou-se juiz perfeito, completo. Seus votos e pareceres caracterizavam-se não só pela riqueza da doutrina pátria e estrangeira como, também, pela acuidade no exame da prova. Destacam-se entre os seus pares.

Bibliófilo dos mais apaixonados, disputava as obras ra-

ras até no estrangeiro e, assim, conseguiu formar uma grande e excelente biblioteca, talvez a maior biblioteca particular do país. Desde moço acostumou-se a passar horas a fio na leitura de livros jurídicos e de literatura. Mas sempre encontrava tempo para servir os amigos. Com o Professor José Augusto César assessorava o amigo fraterno — Heitor Penteado — quando no exercício da Presidência do Estado.

Ainda menino o conheci. Passei a admirá-lo e mais tarde tornamo-nos amigos. De primorosa educação e delicadeza, simples, amável, um tanto reservado, Antão de Moraes vivia para o trabalho e para a família. Não tinha a vaidade, que macula o homem, nem a ambição, que o perverte. Antão de Moraes honrou as antigas tradições campineiras. Dignificou o Poder Judiciário de São Paulo. Paz à sua alma.

Homenagem Póstuma ao Desembargador Antão de Souza Moraes

(Discurso proferido pelo Desembargador MOACYR CESAR DE ALMEIDA BICUDO)

Cam



CORREIO POPULAR

Quarta-feira, 17 de julho de 1974

Falecimento do desembargador Antão de Souza Moraes

Faleceu anteontem, às 17,30 horas, na capital, aos 87 anos de idade, o desemb. Antão de Souza Moraes que foi casada com d. Elisa Lobo de Moraes, de tradicional família campineira. A notícia teve profunda repercussão em Campinas, onde o desembargador Antão de Souza Moraes foi promotor público durante vários anos, deixando uma lembrança inapagável de sua brilhante atuação, só deixando nossa cidade em virtude de sua promoção para o Tribunal de Justiça, qual honrou sobremaneira, com a sua vasta cultura jurídica, sendo autor de várias obras de Direito. Deixou filhos, netos, bisnetos e sobrinhos. O sepultamento deu-se ontem, no Cemitério do Aracá, em São Paulo, com a presença de altas figuras dos meios jurídicos da capital, professores e parentes.

Cam



DESEMBARGADOR ANTÃO DE SOUZA MORAES

(1887-1974)

Campineiro Ilustre

Nasceu em Campinas em 25 de junho de 1887 e faleceu em São Paulo, em 15 de julho de 1974, aos 87 anos de idade.

Filho do Coronel Manuel de Moraes e de d. Gertrudes Maria de Souza Moraes, descendentes das mais antigas, tradicionais e ilustres famílias campineiras.

Foi Promotor da Justiça em sua terra natal, vários anos, e advogado dos mais brilhantes, destacando-se pelo seu talento e cultura jurídica.

Pelo seu incontestável valor, foi guindado ao Tribunal de Justiça de São Paulo, o qual honrou sobremaneira pela retidão do seu caráter e grande saber jurídico, sendo autor de várias obras de Direito e literárias.

Como bibliófilo, possuía uma das maiores bibliotecas particulares do país.

Foi casado com d. Elisa Lobo de Moraes, já falecida, deixando descendência.

Domingo, 4 de agosto de 1974 - CORREIO POPULAR



ANTÃO DE SOUZA MORAES

Senhores Desembargadores:

Aos 14 do corrente mês faleceu o Desembargador aposentado Antão de Moraes.

Sua Excelência foi uma figura de prola deste Tribunal, onde pontificou de maio de 1935 até 1940, quando se aposentou. Foi, ainda, membro do Ministério Público e Procurador da Junta Comercial nos primeiros tempos de sua vida profissional. Posteriormente à sua aposentadoria, publicou um erudito trabalho: "Problemas e Negócios Jurídicos", em três volumes, o primeiro dedicado ao Direito Civil, o segundo, ao Direito Comercial, e o terceiro ao Direito Constitucional. Obra de fôlego, em que revelou Sua Excelência a vasta cultura de que era possuidor.

Era um jurisconsulto autêntico, na verdadeira expressão da palavra. E para homenageá-lo, neste momento de tristeza da Magistratura, convidei o Desembargador Flávio Torres para traçar o perfil de Sua Excelência.

Tem a palavra o Desembargador Flávio Torres.

Dada a palavra ao Desembargador Flávio Torres, proferiu Sua Excelência o discurso seguinte:

Na história centenária desta Casa destaca-se a década de trinta como um dos seus períodos áureos.

A Juizes do porte de Manoel da Costa Manso, Policarpo de Azevedo, Paula e Silva, Julio Cesar de Faria, Afonso de Carvalho, Aquiles Ribeiro que ingressaram neste Tribunal em época anterior, juntaram-se, após a Revolução de 1930, figuras como Joaquim Celidônio Gomes dos Reis, Laudô Ferreira de Camargo, Antonio Hermogenes Altenfelder Silva, Silvio Portugal, Mario Mazagão, Manoel Carlos de Figueiredo Ferraz, Artur Whitaker, Teodomiro Piza, Mario Guimarães, Teodomiro Dias, Alcides Ferrari, Paulo Colombo, Joaquim Candido de Azevedo Marques, Manoel Gomes de Oliveira, João Marcelino Gonzaga, Ferreira França, Frederico Roberto de Azevedo Marques, Bernardes Junior e aquele que preteamos hoje — Antão de Souza Moraes, falecido domingo último, na avançada idade de 87 anos.

Ingressou na vida pública, aureolado pelo seu destaque na vida estudantil, integrando a turma que entrou na Faculdade do Largo de São Francisco em 1904 e que colou grau em 1908.

Foi companheiro de notáveis vultos que se projetaram na vida de São Paulo e do Brasil, quer na advocacia, como na cátedra, na magistratura e na política: Waldemar Martins Ferreira, Gastão Vidigal, Antonio Augusto Covelo, Jorge Araujo da Veiga, Antonio de Sampaio Dória, Mario Guimarães e tantos outros, compondo uma turma de 153, das maiores até então saídas do Convênio Franciscano, como anotou seu historiador e seu componente — Spencer Vampré. (1)

Voltando a Campinas, sua terra natal, para ser promotor publico em 1910, aí permaneceu até 1926, quando lhe foi oferecido o cargo de Procurador da Junta Comercial, passando a advogar nesta Capital, projetando-se como dos mais brilhantes juristas de São Paulo.

Esta Casa recebeu-o precisamente em um instante de renovação, quando seu numero, de 17 foi fixado em 25.

Disse a "Revista dos Tribunais", então dirigida por Plínio Barreto, Noé Azevedo e Gyges Prado:

"As nomeações obedeceram, sem duvida ao critério da mais sábia justiça; constituiram por um lado merecidas promoções dos seis mencionados membros da nossa culta magistratura de primeira instancia e galardão a que fizeram jus os outros dois que não vieram da judicatura; por outro lado constituiram a continuação do penhor certo da segurança dos julgados da nossa Superior Instancia que, como já temos repetido, pauta os seus atos pelos ditames mais aprimorados de uma elevada consciencia dos seus deveres e das suas responsabilidades.

A plêiade dos novos ministros da mais Alta Corte de Justiça paulista não destoa dos valores que nela já encontrou. Uma e outros, irmanados agora, saerão por certo dar justiça rápida, evitando-se as delongas a que ficavam sujeitas as parte não só pelo acúmulo de serviço como pelo número diminuto dos desembargadores. Procurou-se desafogar os nossos juizes da Superior Instancia. Como a prática dos antigos e com vigor dos novos, dessa combinação é lícito aguardar um aceleramento dos julgador sem perda na sua qualidade". (2).

Na posse, que se realizou no dia 13 de maio de 1935, presidida por Paula e Silva que fez a saudação da recepção, respondeu o novo Desembargador Meireles dos Santos, falando, também, Antão de Moraes.

Lembrou que, após a Revolução de 1930, fora convidado por Florivaldo Linhares, Secretário da Justiça, para ocupar um lugar neste Tribunal, que "circunstâncias de ocasião", como acentuou, "não me permitiram acolher o convite". (3)

Seu discurso mostrou a clarividência do seu espirito: "Não tenho a pretensão de poder acompanhar-vos na trajetória brilhante que trilhaes. Falta-me o tirocinio indiciário que já conseguistes. "Julgar" disse um publicista

francês, "é uma ciência que se adquire pela experiencia de todos os dias, pela observação constante das pessoas e dos fatos, por um trabalho permanente de todas as forças do espirito. Poucos homens são aptos para ser improvisados magistrados; mesmo aqueles que, mercê de suas funções junto aos tribunais, cuidaram toda a vida do direito ou da prática, causam de principio espanto por suas hesitações ou imprudências, quando chamados de súbito a exercer funções judiciárias".

Conto, para vencer tais inevitáveis escolhos da iniciação, com as inspirações do vosso exemplo e as sugestões da vossa experiência".

Na Segunda Câmara, foi saudado por Artur Whitaker, seu juiz em Campinas, que trouxe depoimento do alto valor de Antão de Moraes.

No período em que illustrou esta Casa, seu verbo eloquente se fez ouvir muitas vezes neste recinto.

Tive ocasião de recordar a obra-prima que foi a oração de despedida, que dirigiu a Julio Cesar de Faria que se incluí como das melhores proferidas nos cem anos deste Tribunal. (4)

Apenas cinco anos passou nesta Corte, aposentando-se em 30 de dezembro de 1940.

O Tribunal prestou-lhe significativa homenagem.

Pela palavra de Manoel Carlos, Manoel Carneiro e Teodomiro Dias esta Casa exaltou o companheiro que se despedia, e que deixava magistratura de São Paulo.

Manoel Carlos, na Presidencia do Tribunal, leu a carta que Antão de Moraes lhe dirigiu, dizendo: "É um grande juiz, grande entre os maiores, que se despede de nós, no momento em que atingia o fastigio de sua curta e fulgurante carreira, e em que mais necessitávamos das luzes do seu abalizado saber, da assistencia dos seus sábios conselhos, do largo e merecido prestigio do seu nome", acrescentando: "realizou uma obra notabilissima, que há de ficar entre os mais belos padrões do saber e integridade, na historia da nossa magistratura". (5)

Manoel Carneiro referiu-se: "A sua grande cultura, variada, multiforme, o seu conhecimento seguro e perfeito de direito, a lucidez do seu espirito, o seu sentimento e o seu culto pela justiça, a sua consciencia limpa, a sua independencia moral — fizeram do Desembargador Antão de Moraes um mestre e um guia".

"Espírito liberal, que se abeberou desde a idade juvenil nas lições do grande Rui, com idéias próprias e orientação jurídica definida" e concluiu: "Cumpriu corajosa e serenamente o seu dever, sobranceiro às criticas injustas e a todas as misérias morais, que o amor proprio e o despeito soem provocar.

É juiz reto e justo, não deixou de ser bom. É que não ignorava as palavras de Anatole France, de que as verdades descobertas pela inteligencia permanecem estereis; só o coração é capaz de animar seus sonhos. E temperou a justiça com a equidade.

A um magistrado desse estofo, a um cidadão armado dessas virtudes, a um espirito não luminoso, a um coração tão bem formado como o do Desembargador Antão de Moraes, todas as homenagens são merecidas". (6)

Por último, ouviu-se a palavra de Teodomiro Dias: "Foi efetivamente o Desembargador Antão um dos juizes mais completos que tiveram assento neste sodalicio. Inteligente, estudioso, com excelente cultura geral, conhecedor profundo do direito, revelou-se, sobretudo, perquiridor insaciável dos problemas quotidianos que se antolham, na maior complexidade e variedade, ao estudo do julgador consciente das altas responsabilidades de sua investidura". (7)

Foi o julgamento dos seus contemporâneos.

Voltou a recompor seu escritório.

Homem de invejável cultura jurídica e literária, possuidor de uma das maiores e seletas bibliotecas particulares, que recolheu obras raras, incumbindo muitas vezes um dos mais antigos livreiros de São Paulo, Oscar de Barros, seu amigo e Diretor da Editora Nacional, de, em suas constantes viagens, trazer-lhe verdadeiras preciosidades que a tornaram das mais ricas do país.

Em três volumes — Problemas e Negócios Jurídicos, reuniu seus pareceres que envolvem os mais variados ramos do Direito.

O primeiro dedicou ao Direito Civil, o segundo ao Direito Comercial e o último ao Direito Constitucional, Administrativo, Internacional Privado, Direito Penal Disciplinar e Processo Civil.

Tais volumes retratam a pujança da universalidade de seu espirito juridico. São trabalhos que correspondentes aos períodos anterior e posterior à sua judicatura, neste Tribunal. Seu valor como juiz, deixou, principalmente, nas páginas da Revista dos Tribunais.

Na fixação dos grandes traços da figura de Antão de Moraes presta o Tribunal de Justiça sua comovida homenagem a quem tanto engrandeceu esta Casa e sua terra.

(1) Memórias para a História da Academia de São Paulo, vol. 2/637.

(2) Revista dos Tribunais, vol. 96/725-276.

(3) Revista dos Tribunais, vol. 96/283.

(4) Centenário do Tribunal de Justiça de São Paulo — Discurso proferido na Sessão Solene, pag. 82.

(5) Revista dos Tribunais, vol. 129/846.

(6) Revista dos Tribunais vol. 129/847.

(7) Revista dos Tribunais, vol. 129/848.

DISCURSO PROFERIDO PELO DESEMBARGADOR JOSE CARLOS FERREIRA DE OLIVEIRA, PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, NA SESSÃO DE 17 DE JULHO DE 1974

ANTÃO DE SOUZA MORAES

ANDU 1432-10

Senhores Desembargadores:

Aos 14 do corrente mês faleceu o Desembargador aposentado Antão de Moraes.

Sua Excelência foi uma figura de proa deste Tribunal, onde pontificou de maio de 1935 até 1940, quando se aposentou. Foi, ainda, membro do Ministério Público e Procurador da Junta Comercial nos primeiros tempos de sua vida profissional. Posteriormente à sua aposentadoria, publicou um erudito trabalho: "Problemas e Negócios Jurídicos", em tres volumes, o primeiro dedicado ao Direito Civil, o segundo, ao Direito Comercial, e o terceiro ao Direito Constitucional. Obra de fôlego, em que revelou Sua Excelência a vasta cultura de que era possuidor.

Era um jurisconsulto autentico, na verdadeira expressão da palavra. E para homenageá-lo, neste momento de tristeza da Magistratura, convidei o Desembargador Flavio Torres para traçar o perfil de Sua Excelência.

Tem a palavra o Desembargador Flavio Torres.

Dada a palavra ao Desembargador Flavio Torres, proferiu Sua Excelência o discurso seguinte:

Na história centenária desta Casa destaca-se a década de trinta como um dos seus períodos áureos.

A Juizes do porte de Manoel da Costa Manso, Pollicarpo de Azevedo, Paula e Silva, Julio Cesar de Faria, Afonso de Carvalho, Aquiles Ribeiro que ingressaram neste Tribunal em época anterior, juntaram-se, após a Revolução de 1930, figuras como Joaquim Celidonio Gomes dos Reis, Laudo Ferreira de Camargo, Antonio Hermogenes Altenfelder Silva, Silvio Portugal, Mario Mazagão, Manoel Carlos de Figueiredo Ferraz, Artur Whitaker, Teodomiro Piza, Mario Guimarães, Teodomiro Dias, Alcides Ferrari, Paulo Colombo, Joaquim Candido de Azevedo Marques, Manoel Gomes de Oliveira, João Marcelino Gonzaga, Ferreira França, Frederico Roberto de Azevedo Marques, Bernardes Junior e aquele que prateamos hoje — Antão de Souza Moraes, falecido domingo ultimo, na avançada idade de 87 anos.

Ingressou na vida pública, aureolado pelo seu destaque na vida estudantil, integrando a turma que entrou na Faculdade do Largo de São Francisco em 1904 e que colou grau em 1908.

Foi companheiro de notáveis vultos que se projetaram na vida de São Paulo e do Brasil, quer na advocacia, como na cátedra, na magistratura e na politica: Waldemar Martins Ferreira, Gastão Vidigal, Antonio Augusto Covelo, Jorge Araujo da Veiga, Antonio de Sampaio Dória, Mario Guimarães e tantos outros, compondo uma turma de 155, das maiores até então saídas do Convênio Franciscano, como anotou seu historiador e seu componente — Spencer Vampré. (1)

Voltando a Campinas, sua terra natal, para ser promotor publico em 1910, aí permaneceu até 1926, quando lhe foi oferecido o cargo de Procurador da Junta Comercial, passando a advogar nesta Capital, projetando-se como dos mais brilhantes juristas de São Paulo.

Esta Casa recebeu-o precisamente em um instante de renovação, quando seu numero, de 17 foi fixado em 25.

Disse a "Revista dos Tribunais", então dirigida por Plinio Barreto, Noé Azevedo e Gyges Prado:

"As nomeações obedeceram sem duvida ao critério da mais sábia justiça; constituíram por um lado merecidas promoções dos seis mencionados membros da nossa culta magistratura de primeira instância e galardão a que fizeram jus os outros dois que não vieram da judicatura; por outro lado constituíram a continuação do penhor certo da segurança dos julgados da nossa Superior Instância que, como já temos repetido, pauta os seus atos pelos ditames mais aprimorados de uma elevada consciencia dos seus deveres e das suas responsabilidades.

A plêiade dos novos ministros da mais Alta Corte de Justiça paulista não destoa dos valores que nela já encontrou. Uma e outros, irmanados agora, saberão por certo dar justiça rápida, evitando-se as delongas a que ficavam sujeitas as parte não só pelo acúmulo de serviço como pelo número diminuto dos desembargadores. Procurou-se desafogar os nossos juizes da Superior Instância. Como a prática dos antigos e com vigor dos novos, dessa combinação é lícito aguardar um aceleramento dos julgador sem perda na sua qualidade". (2).

Na posse, que se realizou no dia 13 de maio de 1935, presidida por Paula e Silva que fez a saudação da recepção, respondeu o novo Desembargador Meireles dos Santos, falando, também, Antão de Moraes.

Lembrou que, após a Revolução de 1930, fora convidado por Florivaldo Linhares, Secretário da Justiça, para ocupar um lugar neste Tribunal, que "circunstâncias de ocasião", como acentuou, "não me permitiram acolher o convite". (3)

Seu discurso mostrou a clarividencia do seu espirito: "Não tenho a pretensão de poder acompanhar-vos na trajetória brilhante que trilhaes. Falta-me o tirocinio indiciário que já conseguistes. "Julgar" disse um publicista

francês, "é uma ciência que se adquire pela experiencia de todos os dias, pela observação constante das pessoas e dos fatos, por um trabalho permanente de todas as forças do espirito. Poucos homens são aptos para ser improvisados magistrados; mesmo aqueles que, mercê de suas funções junto aos tribunais, cuidaram toda a vida do direito ou da prática, causam de principio espanto por suas hesitações ou imprudências, quando chamados de súbito a exercer funções judiciárias".

Conto, para vencer tais inevitáveis escolhos da iniciação, com as inspirações do vosso exemplo e as sugestões da vossa experiencia".

Na Segunda Câmara, foi saudado por Artur Whitaker, seu juiz em Campinas, que trouxe depoimento do alto valor de Antão de Moraes.

No período em que illustrou esta Casa, seu verbo eloquente se fez ouvir muitas vezes neste recinto.

Tive ocasião de recordar a obra-prima que foi a oração de despedida, que dirigiu a Julio Cesar de Faria que se inclui como das melhores proferidas nos cem anos deste Tribunal. (4)

Apenas cinco anos passou nesta Corte, aposentando-se em 30 de dezembro de 1940.

O Tribunal prestou-lhe significativa homenagem. Pela palavra de Manoel Carlos, Manoel Carneiro e Teodomiro Dias esta Casa exaltou o companheiro que se despedia, e que deixava magistratura de São Paulo.

Manoel Carlos, na Presidencia do Tribunal, leu a carta que Antão de Moraes lhe dirigiu, dizendo: "E' um grande juiz, grande entre os maiores, que se despede de nós, no momento em que atingia o fastigio de sua curta e fulgurante carreira, e em que mais necessitávamos das luzes do seu abalizado saber, da assistencia dos seus sábios conselhos, do largo e merecido prestigio do seu nome", acrescentando: "realizou uma obra notabilissima, que há de ficar entre os mais belos padrões do saber e integridade, na historia da nossa magistratura". (5)

Manoel Carneiro referiu-se: "A sua grande cultura, variada, multiforme, o seu conhecimento seguro e perfeito de direito, a lucidez do seu espirito, o seu sentimento e o seu culto pela justiça, a sua consciencia limpida, a sua independencia moral — fizeram do Desembargador Antão de Moraes um mestre e um guia".

"Espirito liberal, que se abeberou desde a idade juvenil nas lições do grande Rui, com idéias proprias e orientação jurídica definida" e concluiu: "Cumpriu corajosa e serenamente o seu dever, sobranceiro às criticas injustas e a todas as misérias morais, que o amor proprio e o despeito soem provocar.

É juiz reto e justo, não deixou de ser bom. É que não ignorava as palavras de Anatole France, de que as verdades descobertas pela inteligencia permanecem estéreis; só o coração é capaz de animar seus sonhos. E temperou a justiça com a equidade.

A um magistrado desse estofo, a um cidadão armado dessas virtudes, a um espirito não luminoso, a um coração tão bem formado como o do Desembargador Antão de Moraes, todas as homenagens são merecidas". (6)

Por último, ouviu-se a palavra de Teodomiro Dias: "Foi efetivamente o Desembargador Antão um dos juizes mais completos que tiveram assento neste sodalício. Inteligente, estudioso, com excelente cultura geral, conhecedor profundo do direito, revelou-se, sobretudo, perquiridor insaciável dos problemas quotidianos que se antolham, na maior complexidade e variedade, ao estudo do julgador consciente das altas responsabilidades de sua investidura". (7)

Foi o julgamento dos seus contemporâneos.

Voltou a recompor seu escritório.

Homem de invejável cultura jurídica e literária, possuidor de uma das maiores e seletas bibliotecas particulares, que recolheu obras raras, incumbindo muitas vezes um dos mais antigos livreiros de São Paulo, Oscar de Barros, seu amigo e Diretor da Editora Nacional, de, em suas constantes viagens, trazer-lhe verdadeiras preciosidades que a tornaram das mais ricas do país.

Em tres volumes — Problemas e Negócios Jurídicos, reuniu seus pareceres que envolvem os mais variados ramos do Direito.

O primeiro dedicou ao Direito Civil, o segundo ao Direito Comercial e o último ao Direito Constitucional, Administrativo, Internacional Privado, Direito Penal Disciplinar e Processo Civil.

Tais volumes retratam a pujança da universalidade de seu espirito jurídico. São trabalhos que correspondentes aos períodos anterior e posterior à sua judicatura, neste Tribunal. Seu valor como juiz, deixou, principalmente, nas páginas da Revista dos Tribunais.

Na fixação dos grandes traços da figura de Antão de Moraes presta o Tribunal de Justiça sua comovida homenagem a quem tanto engrandeceu esta Casa e sua terra.

(1) Memórias para a História da Academia de São Paulo, vol. 2/657.

(2) Revista dos Tribunais, vol. 96/725-276.

(3) Revista dos Tribunais, vol. 96/283.

(4) Centenário do Tribunal de Justiça de São Paulo — Discurso proferido na Sessão Solene, pag. 82.

(5) Revista dos Tribunais, vol. 129/846.

DISCURSO PROFERIDO PELO DESEMBARGADOR JOSE CARLOS FERREIRA DE OLIVEIRA, PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SAO PAULO, NA SESSÃO DE 17 DE JULHO DE 1944